

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2021 e 2020. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 22 de março de 2022. A Diretoria.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

**BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)**

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	445.646	42.340
Aplicação no mercado aberto	4.2	116.709.219	-
Tributos a recuperar	5	1.340.145	117.677
Instrumentos financeiros derivativos	15	2.120.686	-
Total Circulante		120.615.696	160.017
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Instrumentos Financeiros Derivativos	15	10.004.468	-
		10.004.468	-
Imobilizado em curso	6	17.229.927	1.192.508
Total do não circulante		27.234.395	1.192.508
Total do ativo		147.850.091	1.352.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	2.518.613	8.172
Encargos de dívidas	8	364.935	-
Impostos e contribuições sociais	9	294.817	25.288
Instrumentos financeiros derivativos	15	10.831.891	-
Outros passivos		12.932	236
Total do circulante		14.023.188	33.696
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	116.620.875	-
Total do não circulante		116.620.875	-
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital			
Capital social	11	18.000.000	1.136.096
Prejuízos acumulados		(793.972)	(287.267)
Recursos destinados para futuro aumento de capital	11	-	470.000
Total do patrimônio líquido		17.206.028	1.318.829
Total do passivo e patrimônio líquido		147.850.091	1.352.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em reais)

	Nota	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	12	(501.238)	(242.704)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(501.238)	(242.704)
Receitas financeiras	13	1.702.224	319
Despesas financeiras	13	(1.707.691)	(16)
(Despesas) receitas financeiras líquidas		(5.467)	303
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(506.705)	(242.401)
Prejuízo do exercício		(506.705)	(242.401)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R\$	14	(0,07)	(0,27)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)

	Nota	2021	2020
Prejuízo do exercício		(506.705)	(242.401)
Ítems que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		(506.705)	(242.401)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

**ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)**

	Nota	2021	2020
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(506.705)	(242.401)
Marcação a mercado de dívidas		130.323	-
Marcação a mercado de derivativos		(118.151)	-
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais		1.079.929	-
Instrumentos financeiros derivativos		(1.175.112)	-
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de tributos a recuperar	5	(1.222.468)	(106.862)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) de fornecedores	8	(8.172)	(6.836)
Aumento de tributos e contribuições sociais		269.529	23.997
Aumento de outros passivos		12.696	2
Caixa Líquido consumido nas atividades operacionais		(1.538.131)	(332.100)
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(114.923.984)	-
Aplicações no imobilizado	7	(15.528.483)	(98.838)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(130.452.467)	(98.838)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	8	116.000.000	-
Aumento de capital		16.393.904	-
Recursos destinados para aumento de capital		-	470.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		132.393.904	470.000
Varição líquida do caixa		403.306	39.062
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		42.340	3.278
Caixa mais equivalentes de caixa finais		445.646	42.340
Varição líquida do caixa		403.306	39.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

**ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)**

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado:			
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, serviços de terceiros e outros	12	(364.502)	(169.313)
Outros custos operacionais	12	(136.736)	(73.391)
Valor adicionado bruto		(501.238)	(242.704)
Valor adicionado líquido produzido		(501.238)	(242.704)
Valor adicionado recebido em transfêrencia			
Receitas financeiras	13	1.785.235	319
Valor adicionado a distribuir		1.283.997	(242.385)
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		83.011	-
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	13	1.707.691	16
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício		(506.705)	(242.401)
		1.283.997	(242.385)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

**ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais)**

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Recursos destinados para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020		173.418	(44.866)	962.678	1.091.230
Aumento de capital conf. AGOE de 30/04/2020		962.678	-	(962.678)	-
Prejuízo do exercício		-	(242.401)	-	(242.401)
Recursos destinados para futuro aumento de capital	10	-	-	470.000	470.000
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.136.096	(287.267)	470.000	1.318.829
Aumento de capital conf. AGOE de 15/04/2021	11	470.000	-	(470.000)	-
Recursos destinados para futuro aumento de capital		-	-	150.000	150.000
Aumento de capital conf. AGE de 09/09/2021	11	16.393.904	-	(150.000)	16.243.904
Prejuízo do exercício		-	(506.705)	-	(506.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		18.000.000	(793.972)	-	17.206.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energisa Geração Central Solar RIO PEIXE I S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE I S/A (“Companhia” ou “Rio Peixe I”), constituída em 10 de janeiro de 2019, com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado cujo objetivo social é o desenvolvimento e exploração do parque solar denominado Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I, localizado no município de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba, bem como a comercialização de energia proveniente do empreendimento. A entrada em operação está prevista para o terceiro trimestre de 2022 com a capacidade instalada de 30MW.

1.1. Efeitos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também veem publicando diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados no exercício em 2021

Em 2021, a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade, tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses fomos assolados por uma nova variante, a Omicron, qual tem apresentado ameaças mundo afora, contudo, não representou, até o momento, impactos consideráveis na economia global.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Companhia segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos. Até o momento a Administração da Companhia não identificou impactos relevantes em suas operações em função dos impactos da pandemia.

Resultados de 2021

A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas *pele International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, e concluíram que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e estão em reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Imobilizado em curso; e
- II. Nota explicativa nº 15 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais práticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. **Instrumentos financeiros e operações de hedge**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Resultados de 2021

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021, compreendem empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “hedge”:

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 34, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de “hedge”, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de “hedge” (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de “hedge” e como determinar o índice de “hedge”). Um relacionamento de “hedge” se qualifica para contabilidade de “hedge” se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “hedge”.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de “hedge” da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “hedge” que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os “hedges” que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de “hedge” são registrados conforme descrito abaixo:

“Hedges” de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de “hedge” é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de “hedge” atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para “hedges” de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “hedge”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Resultados de 2021

Se o item objeto de “hedge” for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso - imobilizado com base na taxa média efetiva de captação, de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

- d. **Empréstimos e financiamentos:** são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;
- e. **Derivativos** - os instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração de resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 15.
- f. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros.

A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será

Resultados de 2021

aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- g. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
- h. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- i. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

- (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

- (ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40 (R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

Resultados de 2021

4. Caixa e equivalente de caixa, aplicações no mercado aberto e recursos vinculados.

4.1 Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2021 equivale a 65,0% do CDI (65,0% do CDI em 2020).

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	54.808	42.340
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações compromissadas	390.838	-
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	445.646	42.340

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras foi formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundo de renda fixa, títulos públicos, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício foi 107,0% do CDI.

	2021
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	
Fundo de Investimento Exclusivos ⁽¹⁾	
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.732.174
Títulos Públicos	-
Fundo de Renda Fixa	52.858.446
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	13.445.653
Letra Financeira (LF)	9.536.300
Letra Financeira Subordinada (LTN)	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	36.136.646
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	116.709.219

(1) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LF, LTN, NTNF e NTNB são remuneradas 107,0% do CDI Fundo BTG Zona da Mata.

5. Tributos a recuperar

	2021	2020
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.197.601	117.677
INSS	142.544	-
Total - circulante	1.340.145	117.677

Referem-se a créditos tributários de PIS e COFINS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado em curso, que serão compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com forma prevista na legislação vigente aplicável.

6. Imobilizado em curso

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Resultados de 2021

	Saldos 2020	Adição	Saldos 2021
Em Curso (*)	1.192.508	16.037.419	17.229.927
Total	1.192.508	16.037.419	17.229.927

	Saldos 2019	Adição	Saldos 2020
Em Curso (*)	1.093.670	98.838	1.192.508
Total	1.093.670	98.838	1.192.508

(*) Refere-se a custos de implementação do projeto de geração de energia solar.

7. Fornecedores

	2021	2020
Contratação de serviços (*)	2.518.613	8.172
Total - circulante	2.518.613	8.172

(*) Referem-se a contratação de serviços para desenvolvimento do projeto do parque solar.

8. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Captação	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo					
Moeda Estrangeira					
Dólar	-	116.000.000	855.487	-	116.855.487
Marcação a mercado	-	-	-	130.323	130.323
Total do custo	-	116.000.000	855.487	130.323	116.985.810
Circulante					364.935
Não circulante					116.620.875

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total	Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (1)	Garantias (*)
	2021					
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 20102021 ⁽¹⁾	116.855.487	1,4748% a.a. (Pré)	abr/23	Final	8,86%	A + R + S
Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	130.323					
Total em Moeda Estrangeira	116.985.810					
Total	116.985.810					

(*) A = Aval Energisa S.A. e R = Recebíveis.

Resultados de 2021

(1) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A, sendo os principais listados abaixo.

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a 4,25 até vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº15 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas;

(2) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2021.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

O indicador utilizado para a atualização dos empréstimos e financiamentos foi o US\$ x R\$ que no exercício variou 7,39%.

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seu vencimento para 2023

9. Impostos e Contribuições Sociais

	2021	2020
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	10.322	9.739
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.233	14.739
Contribuições ao PIS e a COFINS	42.888	-
Imposto sobre serviços - ISS	82.577	-
Encargos sociais	151.392	-
Outros	405	810
Total - circulante	294.817	25.288

10. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Soluções S/A (ESOL);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e,
- Voltz Capital S/A.

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), Rede Energia S/A e Parque Eólico Sobradinho Ltda., possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;

Resultados de 2021

- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; e
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A,
- Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e,
- QMRA Participações S/A.

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda (Laralsol); e,
- URB Energia Limpa Ltda.

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (1)	Saldo a pagar (fornecedores)	Adiantamento para futuro aumento de capital
Energisa Soluções S/A	(95.781)	-	-
2021	(95.781)	-	-
2020	(142.333)	(8.172)	(470.000)

(1) Energisa Soluções S/A - refere-se aos custos do contrato de prestação de serviços de apoio nos licenciamentos para implantação do empreendimento.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital Social

O capital social é de R\$18.000.000 (R\$1.136.096 em 2020), representando 18.000.000 (1.136.096 em 2020) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 09 de setembro de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$16.393.904, passando o capital social de R\$1.606.096 para R\$18.000.000, com emissão de 16.393.904 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Todas as novas ações foram integralmente subscritas pela acionista Energisa S.A. e integralizadas mediante a capitalização do saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC da Energisa S.A. apurados até 31 de agosto de 2021, no valor de R\$150.000 e mais o valor de R\$16.243.904, com depósito em moeda corrente nacional.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 15 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$470.000, passando o capital social de R\$1.136.096 para R\$1.606.096, com emissão de 470.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Resultados de 2021

Todas as novas ações foram integralmente subscritas pela acionista Energisa S.A. e integralizadas mediante a capitalização do saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC da Energisa S.A. registrados até 31 de dezembro de 2020.

12. Despesas Operacionais

As despesas operacionais especificadas na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Despesas operacionais - gerais e administrativas	Total	
	2021	2020
Serviços de terceiros	364.502	169.313
Outros - aluguel	111.222	37.723
Outros - impostos e taxas	25.514	35.668
Total	501.238	242.704

13. Resultado Financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.785.235	319
Tributos sobre receitas financeiras	(83.011)	-
Total das receitas financeiras	1.702.224	319
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas - Juros	(361.856)	-
Variação monetária e cambial	(493.631)	-
Marcação a mercado dívidas	(130.323)	-
Marcação a mercado derivativos	118.151	-
Instrumentos financeiros	1.175.112	-
Transferência para ordens em curso (*)	(2.009.677)	-
Despesas bancárias	(771)	(16)
Outras despesas financeiras	(4.696)	-
Total das despesas financeiras	(1.707.691)	(16)
(Despesas) receitas financeiras líquidas	(5.467)	303

(*) corresponde aos efeitos da capitalização de juros dos empréstimos e financiamento e dos instrumentos financeiros relacionados, contabilizados no imobilizado em curso.

14. Prejuízo por ação

O prejuízo básico e diluído por ação no valor de R\$0,07 (R\$0,27 em 2020) foi calculado com base no resultado do exercício e a respectiva quantidade de ações.

15. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo,

Resultados de 2021

diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Companhia: depósitos bancários, avaliados ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a pagar com partes relacionadas (notas explicativas nº 4 e 10). A Companhia entende não estar exposta a riscos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativo	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		445.646	445.646	42.340	42.340
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados		116.709.219	116.709.219	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		12.125.154	12.125.154	-	-
		129.280.019	129.280.019	42.340	42.340

Passivo	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Fornecedores		2.518.613	2.518.613	8.172	8.172
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas	2	116.985.810	116.985.810	-	-
		119.504.423	119.504.423	8.172	8.172
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	10.831.891	10.831.891	-	-

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas, para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2021, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor

Resultados de 2021

justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$130.323 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Total
Fornecedores		2.518.613	-	-	2.518.613
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10,30%	950.055	919.371	126.566.477	128.435.903
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.688.331	6.022.874	(10.004.468)	(1.293.263)
Total		6.156.999	6.942.245	116.562.009	129.661.253

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Resultados de 2021

b) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com alta de 7,39% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R\$5,1967/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2021 era de 10,79%, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de 14,12%.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	20.874.573	USD + 1,7350%	CDI + 1,05%	21/06/2022	Fair Value Option

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia contratou Non Deliverable Forward (NDFs) para se proteger contra a exposição ao Dólar, devido a aquisição de equipamentos. Os valores aparecem discriminados abaixo:

Operação	Ativo	Contratação		Vencimento
		Notional (USD)	Valor fixo da operação	
ABC Brasil x RDP I	USD @ 5,3508	1.501.108	8.032.126	17/01/2022
ABC Brasil x RDP I	USD @ 5,3592	1.688.746	9.050.328	24/01/2022
ABC Brasil x RDP I	USD @ 5,3676	1.688.746	9.064.513	31/01/2022
ABC Brasil x RDP I	USD @ 5,3761	1.688.746	9.078.867	07/02/2022
ABC Brasil x RDP I	USD @ 5,3850	2.327.119	12.531.535	07/02/2022

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de dezembro de 2021:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2021	2020		2021	2020
Dívida designada para “Fair Value Option”	163.757.369	-	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(116.980.184)	-
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	166.559.126	-
			Posição Passiva		
Swap Cambial (Derivativo)			Taxa de Juros CDI	(165.265.863)	
	163.757.369	-	Posição Líquida Swap	1.293.263	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(115.686.921)	-

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Resultados de 2021

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial em 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(163.757.369)	Alta US\$	(147.829.809)	(173.092.965)	(198.356.121)
Variação Dívida	-		15.927.560	(9.335.596)	(34.598.752)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	166.559.126		150.425.959	188.032.448	225.638.938
Variação - USD e LIBOR	-		(16.133.167)	21.473.322	59.079.812
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(165.265.863)		(165.265.863)	(165.265.863)	(165.265.863)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	1.293.263		(14.839.904)	22.766.585	60.373.075
Total Líquido	(162.464.106)	(162.669.713)	(150.326.380)	(137.983.046)	

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 4,42% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	117.100.057	Alta CDI	12.998.106	16.247.633	19.497.159
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(165.265.863)	Alta CDI	(18.344.511)	(22.930.639)	(27.516.767)
Subtotal (**)	(165.265.863)		(18.344.511)	(22.930.639)	(27.516.767)
Total - (Perdas)	(48.165.806)		(5.346.405)	(6.683.006)	(8.019.608)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (11,10% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2021.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$48.280.053.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Resultados de 2021

16. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2021
Atividades Operacionais	
Pagamento de Fornecedores a prazo	2.518.613
Atividades de investimentos	
Aquisição do imobilizado em processo de pagamento	2.518.613
Atividades de financiamento	
Aumento de Capital	470.000

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes

Diretor Presidente e Diretor de Geração

Maurício Perez Botelho

Diretor Administrativo

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor sem Designação Específica

Vicente Côrtes de Carvalho

Contador

CRC MG-042523/O-7